HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005. 263 p.

Elias Medeiros Vieira

"Fundamentos Teóricos do Capital Social" apresenta-se como um primeiro volume de uma avaliação sistemática do conceito de capital social viabilizada a partir da minuciosa revisão do que tem sido publicado sobre o tema no período compreendido entre 1986 e 2001, na base de dados Sociological abstracts, alimentada pela Universidade de Cambridge. Cinge-se o estudo a uma análise categorial, mas, como ressalta o autor da obra, Silvio Salej Higgins, não se trata de um teste empírico, mas de saber se as posturas teóricas ficam atadas a uma compreensão linear, entre sociabilidade e desempenho econômico.

A análise se divide em cinco capítulos: no primeiro, estão assinalados os procedimentos que permitem fazer do capital social um objeto teórico. No segundo, é apresentado o elenco dos autores seminais, que puseram em evidência o conceito que está sendo examinado. O terceiro capítulo busca entender as raízes que nutrem a idéia de capital social, na tradição do pensamento político e sociológico. No quarto, é examinada a forma como é usado o conceito do objeto de estudo na teoria política neo-institucional. Por fim, no quinto, são apresentadas as conclusões do autor, na forma de respostas plausíveis às questões norteadoras da pesquisa.

Desta forma, ao iniciar discutindo o problema e o objeto, o autor ilustra que a construção do capital social é uma "espécie de elipse com dois focos" (p. 29): um político e outro utilitarista ou econômico. No primeiro deles, distinguem-se assimetrias na obtenção de recursos por intermédio de redes de relação social; no segundo, parte-se do pressuposto de que relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social. As duas perspectivas são convergentes, na idéia que as relações sociais constituem um patrimônio "não visível", mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Nesse sentido, se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa

de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação.

Para ilustrar o foco político, o autor se utiliza de Pierre Bourdieu, com sua crítica à teoria econômica, que se atém ao capital econômico convertível em dinheiro e direitos de propriedade, e reduz o universo dos intercâmbios à troca mercantil, em que os agentes econômicos procuram a maximização de seus interesses. Segundo Higgins, a contribuição crucial de Bourdieu consiste na proposição do desenvolvimento de uma ciência geral da economia prática capaz de estudar o capital, entendido como poder, incluindo os capitais social e cultural. O capital social é um agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento 'mais ou menos' institucionalizadas. Higgins sustenta que, embora a análise do poder e da dominação em Bourdieu seja considerada mecanicista por não levar em conta a iniciativa humana, as complexas dinâmicas de criação, resistência e acomodação social, suas idéias buscavam superar a teoria do capital presa à dicotomia econômico/não-econômico, assim como esclarecer as relações entre cultura, redes sociais e poder.

Ao caracterizar o foco utilitarista ou econômico, o autor analisa a concepção de James Coleman sobre capital social e a sintetiza dessa maneira: "o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses" (p. 33). Arremata afirmando que o conceito desenvolvido por Coleman se converteu no uso dominante para explicar o objeto de estudo. Esclarece que, além da sociologia da educação e dos estudos sobre migrações, a sociologia econômica o utiliza com frequência no seu campo do trabalho. Higgins constata também que estudos empíricos sobre mercado de trabalho, organizações produtivas, microempresas, entre outros, trabalham com a hipótese de que relações de confiança e de reciprocidade melhoram a eficiência dos agentes econômicos.

Assinalados o problema e o objeto, o autor, logo no início do segundo capítulo, ressalta que Putnam toma como ponto de partida epistemológico o referencial colemaniano. Isso porque, de acordo com Higgins, Robert Putnam desenvolve instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva, no sentido de se obter cooperação social. Nessa perspectiva, o conceito é entendido como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas. Na proposição de Higgins, Putnam integraliza a tríade destes autores considerados seminais. No capítulo em questão, Higgins discute as idéias de Francis Fukuyama, Alejandro Portes e Mark Granovetter. O autor examina tópicos como as fontes altruístas ou instrumentais de capital social, suas relações com o desenvolvimento, seu funcionalismo sistêmico – tendo como norte a crítica de Habermas a Parsons – e as fronteiras entre a sociologia e economia.

Em *O Capital Social e a Tradição do Pensamento Político Sociológico*, tema do capítulo 3, o autor situa o que entende por raízes conservadoras do capital social, na influência de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, na ciência política de Putnam. Em seguida, interpreta as concepções dominantes do multifacetado prisma conceitual de seu objeto de estudo sob a ótica clássica de Emile Durkheim através do conceito funcional de integração social e Max Weber com o conceito de ação social. Este último, ampliado pela teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Ao final, conclui que o conceito dominante de capital social não oferece inovação na forma de compreender-se a lógica coletiva e a racionalidade, contrapondo-se, desse modo, à teoria de James Coleman.

No capítulo 4, que trata do Capital Social como Mediação entre o Estado e a Sociedade, Higgins discute a idéia de sinergia, proposta por Peter Evans, na medida em que atrai a atenção teórica sobre os marcos institucionais que promovem um jogo de soma positiva entre o Estado e a sociedade. Esta idéia (de sinergia), em termos práticos, convida a ativar o potencial de capital social que está latente na sociedade civil,

assim como a construí-lo de uma nova forma, entendida em termos de confiança e normas que promovam a cooperação, na linha divisória entre o público-estatal e o privado. Mas como levar a confiança social, presente no nível micro, a uma escala que seja política e economicamente eficaz? Diante desse questionamento, Higgins alega que a questão primordial consiste em identificar elementos desse possível “salto qualitativo”, no contexto das sociedades industrializadas. Nesse intuito, examina os estudos de Rothstein sobre a social-democracia sueca, em que o capital social é resultado principalmente de uma configuração institucional propícia à produção de confiança interpessoal. Sobressai-se, nessa perspectiva, a crítica ao enfoque de Putnam, porquanto para esse autor a comunidade cívica é produto de uma longa tradição histórica.

De maneira contundente, o autor afirma que o uso do conceito de capital social teria permitido às agências multilaterais compreender como o não-econômico, o não-mercado faz trabalhar melhor o econômico, possibilitando assim a produção de um novo consenso, “mais seletivo a respeito de onde e como direcionar o rol dos fatores não-econômicos no desempenho econômico”. Conforme Higgins, esta análise é o que permite entender o porquê da aproximação recente do Banco Mundial com setores não politizados da sociedade civil, “deixando intocadas as relações do macropoder” (p. 217).

O capítulo conclui com um balanço da perspectiva institucional sobre o capital social. Assim, o autor aponta para as críticas e os ceticismos promovidos pelas teorias habermasiana e marxista. Nessa lógica, o que os institucionalistas vislumbram como produção de “sinergia” entre Estado e sociedade, Habermas interpretaria como “colonização” do mundo da vida pelo poder administrativo do Estado, e, na ótica dos marxistas, enquanto houver a propriedade privada, “o social não pode ser um adjetivo associado ao substantivo ‘capital’”.

Nas Conclusões e Prospectiva, o autor elabora uma minuciosa síntese de quatro correntes sobre o conceito de capital social. A utilitarista é vista de forma crítica por considerar que “As normas sociais, consideradas como recurso da ação utilitária (capital social),

têm por função controlar, pela inibição ou pelas sanções positivas ou negativas, os comportamentos oportunistas que geram efeitos negativos sobre os demais atores" (p. 249). A corrente estrutural configura-se como uma ênfase na maleabilidade das regras do jogo. Em Bourdieu, a mudança das regras é decorrente do campo, das lutas sociais e dos *habitus* adquiridos historicamente pelos atores. Em Olson, a compulsoriedade é o fator limitante nos dilemas de "n" pessoas, pois, sem ela, as premissas da economia neoclássica conduzem à ruína da sociedade. Os neo-institucionalistas reabilitam o conceito de burocracia eficiente de Weber para reconhecer a margem de manobra do reformismo estatal. A corrente tradicionalista apela à confiança, na forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação, como solução motivacional mais relevante.

Para Higgins, que se intitula crítico algoz de Putnam, o principal problema desta perspectiva está no fato de atribuir "pouca chance de intervenção à iniciativa das burocracias estatais (institucionalismo) na criação da confiança social" (p. 249). O autor termina afirmando que Putnam "leva a pensar que o capital social é uma solução quase misteriosa nas profundezas da história de um povo" (p. 249). A corrente denominada moral-comunicativa concebe a idéia de que pode haver discussão pública sobre interesses generalizáveis. Esse enfoque considera que levar em conta as posições dos outros só implica superação das posições estratégicas se a ação for orientada ao "entendimento". Segundo o autor, "a partir dos contratos orientados por interesses individuais não é possível derivar um sentido do dever coletivo, enquanto a autodeterminação individual vai na direção de encontrar fundamentos racionais (não-dogmáticos) para as normas sociais" (p. 249).

Mais relevante que a síntese das (re)leituras das perspectivas sobre o conceito de capital social é a conclusão de que a ação econômica é só um fio na trama das relações humanas, ao afirmar que a noção de capital social, mais que reduzir as relações sociais a relações de mercado, tenta "entender como o intercâmbio econômico depende de um complexo tecido de relações humanas, onde são de vital importância

os fluxos de informações, os níveis de confiança e as formas institucionais e não institucionais de controle social” (p. 242-243). De igual modo, a assertiva engendrada em meticolosas resenhas dos estudos de Coleman, de que há uma agenda epistemológica que visa construir as ciências sociais sobre a base da microeconomia, na medida em que a teoria dominante do capital social faz parte de um renovado programa científico, importa da microeconomia um modelo de racionalidade (instrumental) para o ator social.

Nas questões de fundo, Higgins retoma o problema e o objeto, respondendo às seguintes perguntas: em que medida o conceito de capital social promove políticas de desenvolvimento que relembram as instituições estatais a um segundo lugar, destacando as capacidades de autogestão das organizações sociais? Até que ponto os economistas e as instituições multilaterais têm em mente somente propostas de desenvolvimento que promovem a eficiência (melhoria da rentabilidade), sem mexer nos problemas estruturais da redistribuição da riqueza? Diante das indagações, o autor conclui que não se infere uma disjuntiva entre Estado e autogestão comunitária. Pelo contrário, existe uma clara intenção pedagógica de encontrar quais seriam as *soft-technologies* que melhor conseguem mobilizar o capital social de primeira ordem (próprio das comunidades de lugar e abundante em todo o Terceiro Mundo) em busca de um capital social de grande escala que gere níveis de confiança e compromisso entre governos e organizações sociais. Diante dessa perspectiva, as conclusões de Putnam são evidenciadas como imobilistas e desalentadoras, já que transferem para a sociedade a responsabilidade pelo desempenho das instituições. Quanto ao segundo questionamento, ele sustenta que a teoria dominante tem um modelo normativo de organização social fundada no individualismo e no utilitarismo, reafirmando suas críticas a Coleman e Putnam.

A prospectiva surge quando Higgins traça os contornos do que denomina de elementos para um novo modelo de capital social. Nesse intuito, o autor propõe a (re)leitura de Bourdieu e a conjugação da perspectiva do conflito com a sociologia do fato moral de Durkheim. O

modelo resultante consistiria, então, em aproveitar de forma simultânea, as instituições e o sentido do compromisso que há em Durkheim, mas, ao mesmo tempo, diluir a ênfase instrumental do primeiro e os vazios que em matéria de conflito social há no segundo.

Após a leitura do livro de Higgins, evidencia-se a análise das contribuições teóricas de autores fundamentais e densos, a clareza de redação e a facilidade demonstrada no emprego e confronto de conceitos e escolas de pensamento diversos e complexos. Sobressai-se a iniciativa de apontar um novo modelo de capital social, vislumbrado em direção à redistribuição e à equidade social.

Quanto ao alcance da proposta de (re)leitura do objeto de estudo, a partir da leitura do conceito dominante, a análise crítica enveredada na pesquisa, de que a teorização do conceito de capital social está apenas no início e, portanto, carece de sistematização e testes empíricos, ignora os inúmeros esforços que visam oferecer subsídios teóricos, empíricos e históricos, a partir da ótica dos latino-americanos, o que subverte de forma determinante o olhar hierárquico da literatura "dominante" examinada. Talvez aqui se possa vislumbrar o "salto qualitativo" conceitual almejado pelo autor.

Nessa direção, diversos pesquisadores da América Latina, que tiveram seus trabalhos reunidos em forma de Dossiê, na Revista Sociologia e Política (2003) voltaram seus esforços para examinar de que maneira se está lidando com os problemas gerados pelo aumento das demandas e reivindicações de grupos que, embora tradicionalmente excluídos das políticas sociais, vêm buscando mecanismos alternativos de organização política, que não encontram explicações no conhecimento estabelecido.

Dessa forma, tendo como referência principal o conceito de capital social, Patrício Valdivieso (2003) sugere que a educação cidadã é uma forma de investir em capital social, na medida em que objetiva formar cidadãos com discernimento, responsabilidade e capacidade associativa, costurando a idéia de valorização do processo de empowerment das pessoas. Já Maria Alice Nunes Costa (2003) debate, com base nos conceitos de capital social e governança, o êxito de um

programa de políticas sociais implantado na favela da Mangureira, na cidade do Rio de Janeiro. A proposta da autora direciona-se no sentido do estabelecimento de uma sinergia de esforços de vários atores sociais em um trabalho em prol do bem coletivo, ressaltando que esse deve ser um processo construído e não imposto.

Bruno Reis (2003) aproxima-se de forma construtiva de Putnam e indica que o desafio consiste em operacionalizar o conceito de confiança interpessoal, tendo por base padrões comportamentais observáveis, em referência direta a *Making Democracy Work*. Posicionamento diametralmente oposto pode ser encontrado em Lucio Rennó (2003), cuja idéia é de que o Estado que pode promover o fortalecimento da sociedade civil, ou seja, são as instituições que determinam o ativismo dos cidadãos e não o capital social.

Será este um alerta para a latente postura crítica de Higgins? Há também a idéia defendida por Marcello Baquero (2003) de reterritorialização do conceito de capital social como variável instrumental, que pode ajudar no processo de amadurecimento democrático, via desenvolvimento de padrões mais efetivos de ingerência política derivados de uma sociedade com associações que produzam capital social público. Nesse sentido, constata-se a idéia de propor uma Ciência Política mais propositiva que normativa.

Elias Medeiros Vieira é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor Assistente da UNIVATES.

E-mail: mdeiroselias@yahoo.com.br

Referências:

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na construção da política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangureira no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 147-163, 2003.

REIS, B. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 35-49, 2003.

RENNÓ, L. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América-Latina. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 71-82, 2003.

VALDIVIESO, P. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 13-34, 2003.